



JUSTIÇA REPRODUTIVA, MATERNAGENS E TRABALHADORAS DO SUS: UM ESTUDO QUALITATIVO

Evilly Sandy Diniz De Oliveira¹
Nathália Diórgenes Ferreira Lima²

RESUMO

O presente trabalho integra a pesquisa “Justiça reprodutiva e racismo no âmbito da atenção básica à saúde em municípios de pequeno porte: cuidado à gestação e ao abortamento na Região do Maciço de Baturité”, desenvolvida com foco nas experiências de trabalhadoras da atenção primária à saúde. A gênese da investigação partiu da pergunta ética e política “Quem cuida de quem dedica a vida ao cuidado?”, que denuncia as desigualdades de gênero estruturalmente vinculadas ao capitalismo e expressas no cotidiano do trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), concebidas como porta de entrada para o cuidado. Considerando que as mulheres representam cerca de 80% da força de trabalho em saúde, majoritariamente negras, evidencia-se a feminização e a naturalização do cuidado, atravessadas por precarização laboral, sobrecarga produtiva e reprodutiva, desgaste mental e restrição de direitos. Tais contradições se acirraram durante a pandemia da Covid-19, quando a linha de frente feminina expôs os limites entre trabalho, maternidade e autocuidado. Ao adotar a interseccionalidade como eixo de análise, a pesquisa reconhece que classe, raça, gênero e território não operam de forma isolada, mas constroem cenários de opressão e resistência que marcam o exercício da maternidade e a justiça reprodutiva das profissionais do SUS. A metodologia qualitativa compreendeu revisão bibliográfica, entrevistas com profissionais semi-estruturadas que resultou em 16 entrevistas tanto de áreas urbanas quanto rurais, revisão de literatura dos últimos cinco anos cujo resultado foi aprovado para apresentação no V ENPAA- Encontro Nacional de Pesquisa e Ativismo sobre Aborto e em entrevistas semiestruturadas com trabalhadoras de Unidades Básicas de Saúde da família da Região do Maciço do Baturité-CE. Os resultados evidenciam que as profissionais enfrentam a ausência de políticas públicas efetivas de apoio à maternagem, a precarização das condições de trabalho e a naturalização do cuidado como obrigação das mulheres, o que compromete o pleno exercício de seus direitos reprodutivos. Vale ressaltar que a escolha das Unidades Básicas de Saúde para a realização da pesquisa não foi aleatória, pois esses espaços configuram territórios estratégicos de observação das relações entre trabalhadoras da saúde, comunidade e políticas públicas, revelando-se lugares de cuidado, mas também de reprodução e contestação das dinâmicas de gênero, classe e raça. Conclui-se que a valorização dessas profissionais, aliada à formulação e implementação de políticas institucionais mais equitativas, constitui condição indispensável para a promoção da justiça reprodutiva, para o fortalecimento do SUS e para a construção de uma sociedade que assegure dignidade, igualdade e reconhecimento às mulheres trabalhadoras. Agradeço à Unilab pelo financiamento da pesquisa intitulada, executada entre 01/09/24 e 30/09/25, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e Tecnológica (Pibiti).

Palavras-chave: justiça reprodutiva; maternagens; trabalhadoras do SUS.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Unidade acadêmica dos Palmares, Discente,
sandydiniz@aluno.unilab.edu.br¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Unidade acadêmica dos Palmares, Docente,
nathaliadiorgenes@unilab.edu.br²